

## REFORMA ADMINISTRATIVA: RUIM PARA O(A) SERVIDOR(A), PÉSSIMO PARA POPULAÇÃO!!!

*Reforma Administrativa de tendência neoliberal une Pedro Paulo (PSD-RJ), o bolsonarista Zé Trovão (PL-SP), interesses do Centrão, lobbies empresariais e MGI de Esther Dweck para impor o desmonte do Serviço Público, a criação de cabides de emprego e a ampliação das privatizações.*

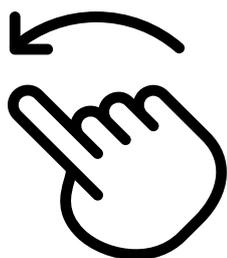
A **Reforma Administrativa** em discussão no Congresso **não significa modernização**, mas **precarização** do serviço público. Sob a liderança do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) e com a conivência da ministra Esther Dweck (MGI), a proposta enfraquece carreiras, flexibiliza contratações e reduz a autonomia dos servidores, **sem trazer melhorias reais à máquina pública ou ao atendimento à população.**

### O PROJETO VISA A CORTAR SERVIÇOS E ABRIR ESPAÇO À PRIVATIZAÇÃO!

Embora não seja responsável por sua formulação, o governo Lula-Alckmin tem sido condescendente ao permitir o avanço de uma **agenda que fragiliza o Estado e ameaça a democracia**. A redução da estabilidade e da autonomia dos servidores compromete sua independência, como evidenciado no caso do servidor que denunciou irregularidades na compra de vacinas durante a pandemia. Assim, a **“reforma” não apenas afeta os trabalhadores do setor público, mas coloca em risco o papel social do Estado, favorecendo interesses privados em detrimento do bem comum.** Enfraquecer o serviço público, portanto, significa enfraquecer a própria sociedade.

O que está em jogo não é apenas a carreira de servidores/as, mas a própria democracia e qual o objetivo do Estado: **Atender a sociedade ou gerar lucro para quem já é muito rico?** Essa é a questão central!

CONHEÇAM  
ALGUNS  
PONTOS DA  
“REFORMA”  
ATRÁS DO  
PANFLETO



**A REFORMA NÃO VISA A DESBUROCRATIZAÇÃO, NEM A MELHORIA DE SERVIÇOS À POPULAÇÃO, PELO CONTRÁRIO. A IDEIA É ACABAR COM OS CONCURSOS PÚBLICOS, ELITIZAR E PRIVATIZAR O SERVIÇO PÚBLICO.**

# ALGUNS PONTOS DA “REFORMA”:

## 1. DIREITOS REMUNERATÓRIOS

- **Retroativos:** proibição de pagamento de reajustes ou parcelas indenizatórias com efeitos retroativos.
- **Gratificações:** proibição de incorporação total ou parcial ao cargo efetivo (dúvidas sobre titulação e desempenho).
- **Redução Salarial:** possibilidade em casos de epidemia, “crise” fiscal ou acordos.

## 2. CONDIÇÕES DE TRABALHO

- **Teletrabalho:** limite de 1 dia por semana, vinculação do salário a metas.
- **Avaliação de Desempenho:** risco de perseguição, assédio moral e demissões injustas.
- **Aumento do Estágio Probatório:** estabilidade só após mais tempo de experiência.

## 3. ESTABILIDADE E CARREIRAS

- **Fim da Estabilidade:** restrita às carreiras “típicas” de Estado, apenas após 1 ano de vínculo de experiência; saúde, educação, cultura e ciência ficam de fora.
- **Contratação de Temporários:** até 5 anos, sem concurso, via processo seletivo simplificado → enfraquece carreiras e abre espaço a indicações políticas.

## 4. ESTRUTURA DO ESTADO E PRIVATIZAÇÃO

- **Privatização Gradual dos Serviços Públicos:** permite cooperação com entidades privadas, inclusive com compartilhamento de estrutura e pessoal.
- **Gestão por “Canetada”:** possibilidade de extinguir, transformar ou fundir autarquias e fundações por decreto.
- **Mais Cabides de Emprego:** redução de cargos efetivos e ampliação de livre nomeação.
- **Criação de Plataforma Eletrônica:** substituição de servidores por serviços automatizados, com previsão de corte de 180 mil postos em 10 anos.
- **Estado sem Papel Social:** transferência de recursos públicos para o mercado em detrimento de saúde, educação e previdência.

## 5. REGRAS ESPECIAIS E SEGMENTADAS

- **Privilégios Mantidos:** restrições não se aplicam a magistrados, membros do MP e militares.
- **Estatais Dependentes:** regras aplicáveis a empresas que dependem do orçamento federal.
- **Previdência:** regime próprio apenas para carreiras típicas de Estado; demais migram para o INSS.

DIGA NÃO À REFORMA  
ADMINISTRATIVA



ACOMPANHE O PERFIL  
DO FONASEFE



# DIGA NÃO  
AO FIM DO  
SERVIÇO PÚBLICO

ENFRAQUECER O SERVIÇO PÚBLICO É ENFRAQUECER O PODER DA  
SOCIEDADE SOBRE O ESTADO E OS AGENTES POLÍTICOS.

